

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

**ATA DA 276ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA  
Realizada em 07 de abril de 2011**

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e onze, às quatorze horas, na sua sede, situada na Rua Correia de Araújo, número noventa e três, no bairro das Graças – Recife/PE é realizada ducentésima septuagésima sexta Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as) Maria de Fátima Menezes da Silva, titular do Centro de Atendimento Lar do Bem Te Vi; Maria Madalena Peres Fucks, titular da Cidade Evangélica dos Órfãos - CEO; Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; José Rufino da Silva, titular do Centro de Estudos e Desenvolvimento Social - CEDES; Eudes de Freitas Moraes, suplente da Associação Paróquia de Palmares - ASPP; Josenildo André Barboza, suplente do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Serra Talhada; Maria de Lourdes Vianna Vinokur, titular da Associação Portadores de Direitos Especiais – PODE; Rosa Maria Lins de Albuquerque de Barros Correia, titular do Gabinete do Governador; Danielle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Regina Celi de Melo André, titular da Secretaria de Educação; Almeri Bezerra de Mello, titular da Secretaria da Criança e da Juventude; José Fernando da Silva, suplente da Secretaria da Criança e da Juventude; Maria José Rodrigues da Silva, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão; Zanelli Gomes Alencar, titular da Secretaria de Defesa Social; Daniel Ferreira de Lima, suplente da Secretaria de Defesa Social; Ana Lúcia Gusmão Brindeiro, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Também se registra a presença da diretora executiva Ana Célia Cabral de Farias e dos técnicos do CEDCA/PE: Leonardo José Wanderley Feitosa, Michele Garrido, Luciano Pinheiro, Ana Elisabeth Harle de Castro e Eliane Mamede. A plenária é coordenada pela presidente, Madalena Fucks, que submete a aprovação da pauta e da ata da ducentésima septuagésima quinta Assembleia Ordinária. Após aprovação, a presidente convida a pesquisadora Maria Maciel, para apresentar a **Pesquisa sobre a violência nas escolas públicas da Rede Estadual de Pernambuco**. A mesma explica que foram aplicados questionários elaborados pela Secretaria Estadual de Educação em 1.107 escolas estaduais das 17 Gerências Regionais de Educação – GREs. Para o 1º semestre de 2009, foram registrados 18.706 incidentes de violências no conjunto de 785 escolas estaduais de 17 Gerências Regionais de Educação – GREs. O quantitativo de incidentes violentos nas escolas estaduais de Pernambuco por GRE no 1º semestre de 2009 (%): 78,62% dos incidentes ocorreram em escolas de 6 GRES. 61,39% das ocorrências se concentraram em escolas do Recife. Os conselheiros estaduais reconhecem a importância da pesquisa e apresentam recomendações que servirão para complementá-la. Que a pesquisa seja realizada com estudantes, conselheiros tutelares e de direitos e também que seja feita avaliação sobre a proposta pedagógica das escolas. Em seguida, a presidenta agradece a pesquisadora pelas informações prestadas e convida o conselheiro Almeri Bezerra de Mello. O conselheiro manifesta profundo pesar diante da tragédia ocorrida na manhã desta quinta-feira, na escola municipal Tasso da Silveira, do Rio de Janeiro (RJ), que resultou na morte de estudantes e deixou dezenas de feridos. A

plenária delibera que seja encaminhada uma nota de solidariedade para os Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro e por meio desses para estudantes e familiares das vítimas. Em seguida a palavra é passada para o conselheiro José Rufino da Silva, que fala sobre a sua participação em audiência realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O mesmo também fala sobre a produção gráfica do Estatuto da Criança e do Adolescente e propõe que seja acrescentado abaixo do artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a palavra “revogado” e acrescentado o art.7º inciso XXXIII da Constituição Federal. A plenária aprova a proposta para as que próximas produções do referido Estatuto apresentem o acréscimo. Dando continuidade, a presidente convida as representantes da **Rede Nacional e Estadual Primeira Infância** Lígia Cabral e Valéria Aguiar para apresentarem as ações da Rede que é formada por um conjunto de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam na promoção da primeira infância. O CEDCA/PE respalda a iniciativa e se coloca à disposição para apoiar a ação no Estado por meio da articulação com os Conselhos de Direitos e Tutelares e veiculação de informações da Rede no site institucional do CEDCA/PE. Sobre as **Conferências Municipais da Criança e do Adolescente** a presidente informa que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA aprovou que as Conferências Municipais deverão ser realizadas no período de 10 de agosto a 13 de novembro de 2011. Considerando a necessidade de mais informações para subsidiarem a discussão, que Conselho Nacional irá realizar uma assembleia no dia 17 de abril e terá como ponto de pauta as Conferências, a plenária delibera que o CEDCA/PE aguarde mais informações para que possa discutir o assunto. Em seguida, a presidente convida para a mesa os agentes socioeducativos Roberto José, Leonardo Miranda e Luís da Silva que expõem à plenária a situação dos **profissionais que se encontram na Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.** Leonardo Miranda agradece o espaço e diz que está representando não apenas os agentes socioeducativos, mas também assistentes sociais, psicólogos e pedagogos da Fundação. Explica que em 2009 foi realizada uma seleção simplificada, mas que não houve uma continuidade do processo. Que a discussão sobre os direitos humanos deve ser para os adolescentes em privação de liberdade e para os profissionais da FUNASE; Relata ainda que na FUNASE nunca houve um concurso público. A Plenária explica que existe um posicionamento do órgão no tocante a matéria, que foi tomado no ato da aprovação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, que reforça a realização do concurso público. A presidente agradece a presença dos agentes, desejando que o problema seja resolvido. Dando prosseguimento, convida o conselheiro Josenildo Barboza para apresentar o **Relatório do Núcleo de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do município de Serra Talhada – PE.** O conselheiro relata que números merecem uma reflexão do Colegiado. Que foram acompanhados 52 jovens, dos 60 jovens conveniados. Dos jovens atendidos, 34 são do sexo masculino o que corresponde a 65,38% e 18 do sexo feminino, significando 34,62%, representando um aumento no número de adolescentes do sexo feminino envolvidos em atos infracionais. Relata que os principais atos infracionais observados são: furto, tráfico de drogas, dirigir sem habilitação e lesão corporal. Os processos que envolvem os adolescentes que chegam ao Sistema de Justiça e Segurança estão ligados ao envolvimento com as drogas. Dos 52 atendidos, 33 tiveram envolvimento direto com o uso ou tráfico de drogas, entre elas o crack. A baixa escolaridade é também um fato relevante. Mais de 70% dos adolescentes ainda se encontram no ensino fundamental. Explica as diversas dificuldades encontradas para a inclusão do

adolescente autor de ato infracional como a efetivação de matrículas de adolescentes em Escolas Estaduais e dificuldades na localização de instituições de ensino com uma metodologia educacional inclusiva. A presidente Madalena Fucks agradece a participação dos conselheiros e inicia a discussão do relato das Câmaras Temáticas: Políticas Públicas e Articulação Institucional – Sobre o projeto **1º Curso de Especialização em Direitos Humanos da Criança e do Adolescente** apresentado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, no valor de R\$118.786,00 (cento e dezoito mil, setecentos e oitenta e seis reais) que tem o objetivo de promover a formação continuada nos requisitos teóricos e práticos dos profissionais que atuam na área de garantia de direitos da criança e do adolescente. Considerando a necessidade dos conselheiros e técnicos que atuam na área da criança e do adolescente; por fazer parte do Plano de Ação do CEDCA/PE a plenária delibera pela aprovação do projeto. Sobre o projeto complementar **“Congresso do Fórum Estadual DCA/PE - Ampliar e Fortalecer as Entidades Controle Social das Políticas Públicas para a Infância e 25 anos do Fórum Estadual”** apresentado pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Social – CEDES, no valor R\$ 7.796,00 (sete mil, setecentos e noventa e seis reais). O CEDCA/PE delibera pela não aprovação do complemento. Sobre o projeto da **Campanha 18 de Maio que tem como tema “Combate à Exploração Sexual nas Rodovias e no Turismo, com ênfase nas Rodovias de Pernambuco”**, aprovado na 275ª Assembleia Ordinária (para o apoio no valor R\$ 10.000,00), o CEDCA/PE analisa e aprova as peças da Campanha. Medidas Socioeducativas e Protetivas: Sobre os recursos destinados para a **Implantação da Liberdade Assistida** a plenária delibera que à medida que os municípios prestarem conta sobre a execução dos projetos, poderão ser firmados novos convênios a fim de que sejam executadas as seguintes metas por município, em 2011: Caruaru (106 metas), Serra Talhada (80 metas), Jaboatão dos Guararapes (86 metas), Cabo de Santo Agostinho (30 metas), Glória do Goitá (10 metas), Itamaracá (10 metas) e Lagoa de Itaenga (10 metas), com per capita R\$ 220, 00 (duzentos e vinte reais). Sobre o edital de projetos a conselheira Lourdes Vianna explica que até o dia 29 de abril deste ano os avaliadores irão encaminhar os resultados da avaliação a fim de que sejam apresentados na próxima assembleia. **Informes:** A presidente informa a Plenária que a Procuradoria Geral do Estado - PGE encaminhou ao Conselho Estadual o posicionamento sobre a Resolução do CEDCA/PE nº19/2007. A presidente faz a leitura do posicionamento da PGE e a Plenária delibera pela manutenção da mesma e que seja encaminhado ofício ao Ministério Público, informando sua decisão. Em seguida, a presidente agradece a presença de todos, encerrando a Assembleia às 17:40h. (dezessete horas e quarenta minutos). Para constar, esta Ata foi lida, aprovada e assinada pela Presidente.

**Maria Madalena Peres Fucks**